

ANEXO

Nº 54 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0981/82, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo GILBERTO AZANHA que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena CACHOEIRINHA de ocupação do grupo tribal Terena, localizada nos municípios de Aquidauana e Miranda, Estado do Mato Grosso do Sul.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede das Prefeituras Municipais da situação do imóvel.

EDUARDO AGUIAR DE ALMEIDA

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRINHA

Referência: Processo FUNAI/BSB nº 0981/82. Terra Indígena: Cachoeirinha. Superfície: 36.288 ha. Perímetro: 100 km. Localização: Municípios de Miranda e Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul. Sociedade Indígena: Terena. População: 2.620 hab. Grupo Técnico constituído pelas Portaria nº 1.155/PRES de 13/11/00 (DOU de 14/11/00), coordenado pelo antropólogo Gilberto Azanha.

I - DADOS GERAIS E HISTÓRICOS. Descendentes dos antigos Guaná-Txané, os Terena contemporâneos falam um dialeto da família lingüística Aruaque. Os Guaná (termo tupi-guarani com os quais os primeiros cronistas identificaram estes povos) até pouco tempo depois da Guerra do Paraguai (1856-1870) estavam separados em quatro subgrupos, contudo, hoje todos se reconhecem como "Terena". A autodenominação do grupo aplica-se no presente a todos que se reconhecem e são reconhecidos como Terena. Este reconhecimento tem como base não só a filiação, mas também o compartilhamento da solidariedade étnica entre os membros do grupo. Nas "Reservas" Terena vive uma população de aproximadamente nove mil índios. Estas "reservas" consistem em oito pequenas "ilhas" de terras - Tau-nay/Ipegue (6.461 ha), Cachoeirinha (2.568 ha), Buriti (2.090 ha), Nioaque (3.029 ha), Lalima (3.100 ha), Limão Verde (1.973 ha), Pilad Rebuá (208 ha), Buritizinho ou Tereré (10 ha) - que foram requeridas ao Estado do Mato Grosso pelo extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na décadas de 1910 e 1920 - e hoje cercadas por fazendas e espalhadas por seis municípios do Estado: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo.

Não há pesquisas arqueológicas que determinem com segurança o início e o período em que os grupos Guaná -Txané passaram a ocupar as franjas nordeste e noroeste do Chaco paraguaio. Contudo podemos inferir das primeiras notícias dos cronistas do século XVI que estes povos estariam assentados na região há pelo menos cinco séculos, dado o domínio que exerciam sobre o ambiente e povos autóctones. Na década de 1760, a pressão crescente dos espanhóis sobre os territórios Mbayá-Guaicuru localizados nas margens ocidentais do Paraguai, somada a disputas internas por prestígio guerreiro, forçaram a migração de inúmeros subgrupos Mbayá-Guaicuru e seus aliados Guaná-Txané para o lado oriental do rio, em um processo que, provavelmente, se estendeu até as primeiras décadas do século XIX. A resistência dos Mbayá-Guaykuru diante do avanço dos paulistas que se dirigiam à região de Cuiabá, manteve os Guaná-Txané distantes de maiores relações com europeus. Essa situação perdurou até a última década do século XVIII, quando em 1791 é assinado o tratado de paz entre a Coroa portuguesa e os Mbayá-Guaykuru, que permitiu a fixação de forças portuguesas na margem direita do Paraguai, ao mesmo tempo em que propiciaria o desgaste da aliança entre os Txané e os Mbayá. Certamente os Guaná viram na aliança com os portugueses mais vantagens do que aquelas que lhes propiciavam os Mbayá. O fato marcante é que as fortificações portuguesas estabelecidas nas últimas décadas do século XVIII na banda oriental do rio Paraguai se localizariam precisamente nas proximidades das aldeias Guaná-Txané: Forte Coimbra (1775), Forte de Príncipe da Beira (1776) e Presídio de Miranda (1778). Os relatos dos cronistas da época mostram, com clareza, que as relações entre os Guaná-Txané e os brancos instalados naquela localidade estavam centradas na troca recíproca e respeito mútuos. O reconhecimento da importância da manutenção desta relação para o Império brasileiro estava assentado na concessão de patentes de "capitão" por parte do governo provincial do Mato Grosso a vários chefes Guaná-Txané.

A eclosão do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, no final de 1864, viria a afetar, de forma dramática, a vida em todas as aldeias Txané-Guaná. Um dos palcos do conflito foi justamente em território destes povos e, como aliados que eram dos brasileiros, sofreriam ataques por parte das tropas invasoras. Todas as aldeias então existentes na região dos rios Miranda e Aquidauana se dispersaram, com seus habitantes buscando refúgio em matos inacessíveis na região (como o lugar chamado Pulówó'uti, para onde foram os moradores de Cachoeirinha) ou nas serras de Maracajú. Findo o conflito com o Paraguai, as terras das aldeias Terena passaram a ser "apossadas" por brasileiros, em geral oficiais e soldados desmobilizados do exército brasileiro e comerciantes que lucraram com a guerra - e que permaneceram na região. Os recém chegados, desmobilizados das tropas, eram em geral pessoas aventureiras e ambiciosas, prontas a lutar para iniciar a ocupação de uma região devastada do ponto de vista político e social. Estes novos colonizadores - a maioria chegada de regiões do Brasil onde a relação com os índios era fundada na prepotência e no desprezo ao "bugre" - desconheciam qual havia sido o papel dos Terena para a conquista e manutenção da região em mãos brasileiras. E os índios se surpreenderam com o caráter eminentemente predador destes novos porutuyé e recorriam como podiam às autoridades de Cuiabá - que antes os tratavam com o respeito devido aos aliados - para defenderem suas terras. Este tempo do pós-guerra é conhecido pela maioria dos Terena contemporâneos como o tempo da servidão. Dispersos em razão do conflito, os vários sub-grupos Txané-Guaná tentariam recompor suas antigas aldeias, agora pedindo "licença" aos novos ocupantes. É a época em que se intensifica a abertura dos estabelecimentos pecuários, com apoio das autoridades do Império. Todos estes empreendimentos só foram possíveis graças a "liberação" das terras e o uso intensivo da mão-de-obra indígena, agora disponíveis.

A guerra com o Paraguai representou o marco histórico da passagem da sociedade Terena tradicional para a moderna, e a dispersão das aldeias o evento social que provocou aquela passagem. Os Terena antes da guerra se estruturavam em estratos sociais hierarquizados, espacialmente organizados em aldeias redondas e com população numerosa, produzindo excedentes que fundamentavam uma relação de troca recíproca com uma rarefeita população neo-brasileira. Foi a perda das suas bases territoriais tradicionais que acar-

retou uma alteração drástica no *modus vivendi* com a população regional, agora já não mais rarefeita: a situação de "servidão" ou "cativo" no pós-guerra fez com que a sociedade Terena passasse de fornecedora de bens e produtos para supridora de mão-de-obra para uma sociedade regional em processo de constituição.

O advento da República só fez agravar a situação territorial dos Terena. É precisamente neste momento (a partir de 1892) que teria início o processo de expropriação cartorial das terras Terena, os "limites" da ocupação Terena em Cachoeirinha seriam fixados nos seguintes marcos geográficos: ao sul o morro Moreira (mopoinãduê) e o "varjão" do Agachi (mocócohó); a oeste a lagoa do Sanguessuga (matatakwé) e o "Morrinho"; ao norte o retiro do Olho D'água (ukéuné); a leste, o pantanal do Natatecaxi (xoronókwe ou "vazante") e o córrego Agachi. É esta área que os velhos habitantes da aldeia têm, hoje, na ponta da língua, quando definem os limites de Cachoeirinha. Contudo, a partir de 1892, o governo do Estado do Mato Grosso passava a expedir títulos provisórios de aquisição e/ou legitimação de posse para terceiros dentro destes limites, transformando de direito mas não de fato parcelas de terras daquela ocupação indígena em "terras devolutas sujeitas a legitimação".

II - HABITAÇÃO PERMANENTE: A continuidade histórica da ocupação Terena da bacia do córrego Agachi, ou mais precisamente, em Cachoeirinha, remonta às primeiras décadas do século XIX, quando Miranda não passava de um mero Presídio, abastecido por esses mesmos índios. Os depoimentos de anciãos, nascidos na década de 1910 com a Reserva de Cachoeirinha já "delimitada" por Rondon, mostram que a influência indígena na região nunca arrefeceu e, tão importante, que a criação de um espaço arbitrário (a Reserva) jamais se constituiu em obstáculo para a continuidade da ocupação indígena nas áreas que os Terena de Cachoeirinha tinham como de ocupação tradicional. Os grupos locais Terena têm fixado a aldeia chamada de "Cachoeirinha" ou Bôcôôti no mesmo lugar desde pelo menos 1844, data da notícia sobre esta aldeia deixada por Francis de Castelnau ("duas léguas e um terço a noroeste de Miranda"). Esta localização continuou confirmada pelos vários registros oficiais do Império, mesmo depois da guerra com o Paraguai e pelos depoimentos dos velhos índios da aldeia Cachoeirinha. Portanto, a continuidade histórica da habitação dos Terena em Cachoeirinha permaneceu incontestável por todos estes anos, caracterizando claramente o indigenato das terras por eles ocupadas, já dentro dos "limites" estabelecidos após a guerra com o Paraguai, por força da convivência necessária com os novos ocupantes.

A área da Reserva de Cachoeirinha delimitada por Rondon e concedida ao extinto SPI pelo Estado do Mato Grosso em 1948, corresponde a uma superfície de 2.660 hectares. Nesta pequena gleba estão distribuídos os seguintes núcleos residenciais ("setores"), que formam as aldeias propriamente ditas: Sede - onde se localiza o Posto da FUNAI; é o núcleo mais antigo da aldeia. Compõem-se, segundo os dados da FUNASA, de 164 residências (grupos domésticos), com uma população total de 1325 pessoas (705 homens e 620 mulheres); Argola - área de roças mais antiga, hoje é formada por 38 moradias, com uma população de 485 pessoas (263 homens e 222 mulheres); Babaçu/Campão - Também área de roças, a maior parte da sua população é composta por descendentes de migrantes do Lalima; possui hoje 78 casas e uma população de 504 pessoas (261 homens e 243 mulheres); Morrinho - localizada próximo a Sede, conta hoje com 31 residências e uma população de 234 pessoas (124 homens e 110 mulheres); Lagoinha - "setor" mais recente, conta com 16 casas e uma população de 72 pessoas (38 homens e 34 mulheres).

Em todas as Reservas Terena, hoje, o setor (como os próprios índios chamam e é sinônimo de "aldeia") é a unidade social mais inclusiva, dotado de autonomia política própria, ou seja, possui um "cacique" e um "conselho tribal" que responde pelas relações políticas de cada setor. A aldeia (ou setor) é composta por um conjunto de residências situadas dentro dos seus limites - limites estes estabelecidos por certos "marcos" (acidentes geográficos, estradas, açudes etc.) e estabelecidos depois de discutidos com as lideranças do conjunto da Reserva no contexto do processo de concessão da autonomia de determinada aldeia. Os interesses comuns, e que constituem a sua unidade, são estritamente políticos: não está em jogo aqui o acesso a lotes para roças; o que se cobra do morador de determinado setor é o respeito a certas regras de conduta. Existe uma certa dose de liberdade para o estabelecimento de residência em qualquer setor. Este quadro de liberdade, porém, é condicionado pela própria situação de Reserva: dada a exigüidade territorial, seu espaço não se constitui em uma base indispensável e exclusiva para a produção que possibilite a geração de renda e a subsistência para todos os seus moradores; antes e sobretudo, a Reserva de Cachoeirinha é, para a maioria dos seus moradores, o lugar da moradia e de referência para a atualização do ethos e identidade Terena. Não se vive da Reserva, mas na Reserva: em Cachoeirinha, das 484 famílias nucleares (pai-mãe-filhos menores) recenseadas por nós em 1999, cerca de 87 viviam exclusivamente do trabalho interno nas roças (cerca de 18%); outras 268 combinavam o trabalho nas roças e o trabalho externo eventual (55%); as restantes 129 (cerca de 27%) portanto viviam somente do trabalho externo.

A distribuição das residências (528 casas) na Reserva de Cachoeirinha nos respectivos setores, e a localização dos lotes de roças, de pastagens e a cobertura vegetal remanescente ilustra bem que o espaço para a instalação de novos grupos domésticos na Reserva chegou, há anos, ao seu limite crítico. Vê-se claramente então porque "tudo os ... peje para fora". Constata-se na situação de Reserva, seja em Cachoeirinha ou nas outras, um processo onde, cada vez mais ao longo do tempo, determinadas condicionantes externas impõem as condições de vida ali reinantes. Quando se indaga porque o Terena migra (da Reserva para o meio urbano ou mesmo para outra Reserva) a resposta unânime é que o faz para procurar "uma condição de vida melhor". A Reserva, dada a sua extrema limitação espacial, coloca sérios obstáculos para a absorção econômica dos jovens Terena: as chances de absorção do jovem em condições de instaurar uma nova unidade doméstica através do trabalho interno na Reserva, são bastante reduzidas.

As alterações nos padrões históricos da ocupação Terena ao longo dos anos e no modo de produção tradicional foi determinado

fundamentalmente pela situação de confinamento em Reservas. Com isso queremos dizer que, identificada e delimitada a área nos limites aqui propostos, é muito provável que se desenvolva a partir daí, uma série de novos eventos que alterarão substancialmente a paisagem da área - tais como a volta da cobertura arbórea nas áreas de pastagens; a reestruturação das matas secundárias hoje existentes; a abertura de novas áreas de roças que aliviarão a pressão sobre os remanescentes vegetais da área atualmente ocupada; o surgimento de pontos de coleta e uma recomposição da fauna - reforçando assim o seu caráter indígena pelo modo de uso e apropriação.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS: A agricultura continua sendo a sua principal atividade dos Terena, como o foi no passado. Atualmente, porém, confinados nas Reservas os Terena, seja na Cachoeirinha ou nas outras Reservas, possuem campos de cultivo permanentes, utilizando-se da mecanização (tratores) para gradagem, preparo da terra para plantio e eventualmente para a abertura de novas áreas permanentes de cultivo. As práticas atualmente utilizadas são adaptações posteriores a esta "modernização" forçada. O ano agrícola em todas as Reservas Terena inicia-se em agosto, tendo seu término em março/abril com o plantio de feijão da "seca". A produção agrícola obtida nas áreas de roça Terena é destinada ao consumo familiar e, quando possível, para a venda. Na Reserva de Cachoeirinha, feijão, mandioca, milho, feijão "miúdo", abóbora, melancia, maxixe são os principais produtos plantados para o consumo. Nos lotes destinados às roças, cada grupo doméstico pode cultivar o que quiser e o quanto quiser nestas áreas. Cada lote forma um mosaico de pequenas áreas em estágios de sucessão distintos, indicando que há um planejamento quanto ao uso agrícola do lote em função da fertilidade do solo, mantendo áreas em pouso para uso futuro. No entanto, quando se atinge o limite da pressão sobre os recursos naturais ainda disponíveis, o desgaste do solo no seu aspecto físico e sua baixa fertilidade constituem uma tendência inexorável, colocando, ano após ano, mais dificuldades para a subsistência das famílias em situação de Reserva, seja em Cachoeirinha ou nas outras. As famílias Terena que vivem da agricultura não conseguem auferir dela a renda mínima necessária para manter, durante todo o ano, seu grupo doméstico.

A criação de gado *vacum* e cavalari é uma atividade que os Terena jamais deixaram de exercer. A criação é sinal de status elevado dentro das reservas Terena, no entanto, dada as limitações das reservas, tornou-se uma das principais fontes de conflito interno. O "fechamento" das áreas de pastagem no interior das Reservas foi sempre causa de problemas políticos, pois subtrai da área comum uma parcela maior que aquelas requeridas pelas roças e para fins estritamente particulares. Algumas famílias ainda criam porcos confinados, mas todas mantêm uma pequena criação de galinhas, que, junto com a carne de caça são as principais fontes de proteína animal em Cachoeirinha. O artesanato desempenha papel significativo enquanto atividade econômica e é uma das fontes de renda das mulheres, como a cerâmica. A caça é uma atividade feita, literalmente, às escondidas e envolve um alto risco. Atualmente as áreas mais buscadas são o xoronókwe (pantanal da vazante do Naxedaxe) e o mocócohó (ou o varjão do Agachi). A pesca hoje é outra atividade que os Terena de Cachoeirinha praticam com afinco, apesar de acarretar quase os mesmos riscos da caça. Os locais mais freqüentados (apesar da pressão) são a "baía grande" ou "do arame" (hanaituquê); o "retiro do olho d'água" (tuqueuné); a "taboa" (lopóihô) e o "pesqueiro do agachi" (yuquicué). A coleta de mel e frutas, bastante importante no passado recente, já não tem a mesma significação. Outras atividades extrativistas ainda presentes em Cachoeirinha são o corte de lenha e a coleta de plantas medicinais. A dependência de muitas famílias da madeira como fonte de energia é, além da cerâmica, a responsável pela manutenção de reservas de matas significativas na Reserva de Cachoeirinha.

As atividades nas fazendas vizinhas, o trabalho temporário no meio rural ou "changas" e o trabalho no meio urbano são atividades de importância para os Terena no contexto externo da Reserva. A modalidade de trabalho externo temporário mais antiga entre os Terena é a "empregada" nas fazendas vizinhas. Na região do antigo território Terena, é muito difícil encontrar uma propriedade rural que não tenha contato com os braços Terena para "abri-la" ou mantê-la. Hoje a modalidade dominante (e quase exclusiva) do trabalho indígena nas fazendas é aquele que chamamos de "temporário autônomo", a mão-de-obra indígena é requisitada para os serviços de instalação de cercas, corte de postes, roçagem em pastagens e no auxílio ao aparte de bezerros. O trabalho externo temporário ou Changa, nas suas várias modalidades é parte integrante do cotidiano dos Terena e hoje atua como uma válvula de escape importante para a pressão social resultante da superpopulação da área. Registra-se que as condições de oferta de emprego continuado pioraram muito para os moradores de Cachoeirinha nos últimos anos, com conseqüência sobre o aumento da migração dos moradores para o meio urbano ou para outras áreas indígenas.

3.1- Áreas utilizadas para as atividades econômicas.

Devemos considerar não só as áreas de roça e de extrativismo vegetal, confinadas nos atuais limites da Reserva, como também as áreas ainda hoje utilizadas para suas atividades de caça e pesca na mesopotâmia formada pelos córregos Agachi e Naxedaxe, desde a Cacimba de Pedra (ao sul) até o pantanal da vazante do Naxedaxe (ao norte), e as áreas ainda hoje utilizadas para suas atividades de coleta de frutas e de plantas medicinais no Paratufal, Carrapatinho e nas vazantes chamadas de waraquacué e yuquicué ao sul da Reserva.

IV - MEIO AMBIENTE. A TI Cachoeirinha está situada na Planície Pré-Pantaneira, que se separa do Planalto Brasileiro pelas escarpas da Serra de Maracaju. No entanto, e ao contrário da planície pantaneira propriamente dita, estes terrenos não sofrem alagamento constante, por isso foram caracterizados como de "Planície Pré-Pantaneira". As áreas de ocupação histórica dos Terena abrangem as terras não alagáveis das bacias dos rios Miranda/Aquidauana, se estendendo, ainda hoje, para áreas alagáveis destas mesmas bacias, onde, no passado, desenvolviam atividades pastoris de rebanhos de gado e, hoje, exclusivamente atividades de caça, coleta e pesca nos cursos de água da região. A dinâmica das águas da região pantaneira

define boa parte dos ecossistemas locais quanto à cobertura vegetal, seja de floresta, de cerrados ou campos, ainda com destaque para áreas onde predominam populações homogêneas, mais adaptadas a este regime de secas e cheias periódicas, com maior ou menor saturação de água na camada de solo logo abaixo da superfície. O comportamento do solo também participa da composição e definição dos ecossistemas pantaneiros, na medida em que há solos mais ou menos permeáveis e outros impermeáveis. O relevo da Planície Pré-Pantaneira, com altitudes de até 200 metros, apresenta pequenas variações de altitude que podem definir a suscetibilidade do terreno com relação às cheias. Pequenas depressões ali servem de canal de drenagem, que é sempre intermitente. As faixas de drenagem interrompidas são chamadas regionalmente de "vazantes". Dada as características de relevo e solos, os lugares nunca alagados apresentam uma vegetação mais diversificada e mais estável do ponto de vista temporal; as regiões sujeitas a alagamentos temporários, e dependendo do volume das cheias, podem apresentar uma vegetação de mata ombrófila, e esta tende a avançar ou reduzir-se em extensão conforme período de maior ou menor umidade. De qualquer modo é nas áreas alagáveis onde a vegetação se modifica com maior frequência no decorrer do tempo. Podemos, para estes casos afirmar que uma cobertura de vegetação pioneira é muitas vezes a vegetação principal de certas áreas.

4.1 - Identificação das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar da comunidade.

1) Córrego Agachi - A área aqui proposta, situa-se toda dentro da microbacia do córrego Agachi, afluente do Miranda e uma questão a ser levantada são as áreas de vegetação ciliar a serem recuperadas, para fins de proteção dos cursos de água. A supressão da quase totalidade da vegetação é uma característica de ocupação de toda a região no entorno da TI Cachoeirinha, devido à facilidade de acesso. Contudo, nos últimos tempos, mesmo as áreas mais afastadas, próximas já da planície alagável, vêm sofrendo pressão - e isto por uma necessidade econômica, mas pela "ameaça" de ser considerado um latifúndio improdutivo e ser invadido pelos sem-terra. Persiste, portanto a prática indiscriminada do desmatamento, marca destes últimos anos de ocupação na região.

2) Pantanal do Naxedaxe. As áreas dos cerrados pré-pantaneiros e de matas ciliares, encontrados ao norte da área, vem de encontro com a necessidade de recursos florestais só encontrados nestes ecossistemas específicos, cada vez mais raros fora da atual Reserva. A presença destes ecossistemas abre a perspectiva de que a vegetação se mantenha, e ainda sirva ao manejo cultural que dela faz o povo indígena Terena em Cachoeirinha. Seu escaçamento pode por em risco práticas culturais tradicionais dos Terena, sendo, portanto imprescindível a ampliação da oferta destes recursos a um nível em que estes não sofram risco de extinção mesmo com seu uso pelos Terena. O acesso às áreas alagáveis é imprescindível para as atividades de pesca. Assim, as chamadas vazantes, inclusas nas áreas de cerrados, são como caminhos naturais para a perambulação dos Terena, e levam, todas, para as áreas alagáveis e são de uso consagrado e ainda vivo, na prática de organização de grandes pescarias pelo pantanal.

3) As áreas de vazantes e baías. Dentre os outros ecossistemas aos quais os Terena de Cachoeirinha reivindicam, estão as áreas de vazantes, com seus bacurizais, imprescindíveis dentro da produção histórica Terena. Acrescentam-se a esses, as planícies alagáveis, um conjunto de baías e matas ciliares junto ao Agachi, local de referência para diversas atividades, dentre as quais a coleta do barro e da oferta de peixes e que, além disso, possibilita uma intrincada rede de relações de caça e de aproveitamento da vegetação que sempre fez parte da cultura Terena, mesmo quando o acesso a estes recursos lhes foi negado, desafiando a "propriedade" guardada por capangas para conseguí-los.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL. Os dados do crescimento demográfico da população da Reserva de Cachoeirinha no período que se estende de 1919 (data da instalação do Posto Indígena pelo SPI) até 2001 indicam: em 1919, havia 228 habitantes Terena em Cachoeirinha, passando para 503 em 1927 e para 750 em 1937. A partir de 1954 até 1985, ocorre uma verdadeira explosão demográfica com um crescimento vegetativo de 35,6 indivíduos/ano, a uma taxa pouco além dos 4% a.a., um processo que foi conseqüência da recomposição do equilíbrio social e ecológico. A melhoria das condições sanitárias e do atendimento médico, a partir dos anos 1970, foi de fato importante para este processo. Coincidindo com a melhor oferta de serviços de saúde, a FUNAI, a partir de 1975, introduziu os rudimentos da "revolução verde" nas Reservas, com a mecanização e a introdução de sementes selecionadas, aumentando a quantidade de alimentos. Ao mesmo tempo em que aumentava a população, a contração territorial começaria a impor limites a essa expansão dando maior força e fundamento às reivindicações dos índios de Cachoeirinha pelo reconhecimento das suas terras tradicionais a partir do final dos anos 1980. Mantido o crescimento atual, a uma taxa de cerca de 4% ao ano, teríamos na Reserva de Cachoeirinha, em 2006 uma população da ordem 3.200 pessoas.

5.1 - Identificação das áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Terena em Cachoeirinha: as seguintes áreas são consideradas como imprescindíveis:

1) a área da aldeia Grande e os seus cemitérios na antiga gleba "Sant'Anna", necessárias para a expansão das áreas de roças da aldeia Argola e para a proteção de fragmentos de vegetação nativa importantes para o corredor de fauna entre esta gleba e a Reserva atual;

2) as áreas utilizadas como áreas de caça, pesca e coleta de frutas, de reserva de lenha e madeira para construção das suas casa e que englobadas pela mesopotâmia Agachi - Naxedaxe, a partir da Cacimba de Pedra até o extremo norte da área aqui proposta;

3) a antiga gleba Paratudal compreendida entre a divisa atual e o córrego Agachi, área sempre reivindicada pelos índios e absolutamente necessária para a expansão das roças dos moradores da aldeia-sede;

4) as áreas de roças antigas localizadas no Carrapatinho, necessárias para a expansão das áreas de roça das aldeias Argola e Morrinhô;

5) ao sul, entre a linha da NOB e a "segunda vazante da Cachoeirinha", as áreas necessárias para a expansão de roças das aldeias Babaçu, Campão, e Lagoinha e também para a proteção de fragmentos de vegetação importantes para a manutenção de corredores de fauna e

6) ao norte, as áreas de proteção ambiental da bacia do médio Agachi e suas vazantes do Paratudal e Carrapatinho. O reconhecimento da totalidade destas áreas possibilitará aos Terena de Cachoeirinha uma vida digna e sua reprodução física e cultural conforme seus usos, costumes e tradições, por pelo menos cinco gerações.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO. Relação dos imóveis incidentes (total ou parcialmente) na área proposta, assim discriminada: denominação da ocupação, nome do ocupante e número de matrícula de registro do imóvel rural.

6.1 - Município de Aquidauana: 1) Faz. Vazante, ocupante: indeterminado, matrícula nº 7599; 2) Faz. 23 de Março, ocupante: João Júlio Dittmar, matrícula nº 11041; 3) Faz. Santa Cruz, ocupante: Roberto de Oliveira Dittmar, matrícula nº 7445; 4) Faz. Cacimba de Pedra, ocupante: Rosaura Dittmar, matrícula nº 7447; 5) Faz. Capão Verde, ocupante: Norberto Bráulio O. de Souza, matrícula nº 11380; 6) Faz. Sta. Vóia, ocupante: Espólio de Francisco Chaves, s/nº matrícula.

6.2 - Município de Miranda: 7) Faz. Sta. Vitória, ocupante: João Proença de Queiroz, matrícula nº 17; 8) s/denominação, ocupante: João Alves dos Santos, matrícula nº 5396; 9) Sítio Duque Estrada, ocupante: Leonel Pinheiro, matrícula nº 1794; 10) s/denominação, ocupante: Prefeitura Municipal de Miranda, matrícula nº 1632; 11) Faz. Petrópolis, ocupante: Maura Regina Pedrossian, matrícula nº 407; 12) s/denominação, ocupante: Acilon Ribeiro da Silva, matrícula nº 6156; 13) s/denominação, ocupante: Newton Souto Saravy, matrícula nº 4752, 4994, 5848, 5856 (3,4,5,6,7) e 7473; 14) s/denominação, ocupante: Paschoal Mardegan, matrícula nº 5856(2); 15) Chácara Sta. Luzia, ocupante: Oriovaldo Antônio da Silva, matrícula nº 6829, 6830, 6831, 6832; 16) Chácara Sto. Antônio, ocupante: Ariovaldo Antônio da Silva, matrícula nº 618; 17) Chácara Sto. Antônio, ocupante: Ariovaldo Antônio da Silva, matrícula nº 3598; 18) Chácara S. João, ocupante: Arnesto Muller, matrícula nº 4437; 19) Chácara Bom Sossego, ocupante: Arnesto Muller, matrícula nº 4438; 20) s/denominação, ocupante: Nivaldo de Souza Barbosa, matrícula nº 3729; 21) s/denominação, ocupante: Bernadino de Souza Barbosa, matrícula nº 3730; 22) s/denominação, ocupante: Bernadino de Souza Barbosa, matrícula nº 2821; 23) Fazenda Cuca Fresca, ocupante: Bernadino de Souza Barbosa, matrícula nº 6247; 24) s/denominação, ocupante: Antônio Alves, matrícula nº 1230; 25) s/denominação, ocupante: Genésia Maria da Silva e Hilário Fo. da Silva, matrícula nº 1230(3); 26) Chácara Caracol, ocupante: Glaston Souto Saravy, matrícula nº 5610; 27) Fazenda S. João, ocupante: Pedro Paulo Pedrossian, matrícula nº 203; 28) Faz. Rosa Branca, ocupante: Osmar da Silva, matrícula nº 231; 29) s/denominação, ocupante: Arnesto Muller, matrícula nº 2991; 30) s/denominação, ocupante: Alcides de Souza Barbosa, matrícula nº 5148; 31) s/denominação, ocupante: Ariovaldo Antônio da Silva, matrícula nº 3821; 32) Chácara Sto. Antônio, ocupante: Ariovaldo Antônio da Silva, matrícula nº 619; 33) s/denominação, ocupante: Anísio Neves Barbosa, matrícula nº 5150; 34) s/denominação, ocupante: Wilson Neves Barbosa, matrícula nº 7515; 35) s/denominação, ocupante: Deise Acosta Barbosa, matrícula nº 7514; 36) Faz. Sta. Maria da Boa Vista, ocupante: Wilson Neves Barbosa, matrícula nº 6815; 37) Faz. Moringa Fresca, ocupante: Olívio Neves Barbosa, matrícula nº 6248; 38) s/denominação, ocupante: Alcides de Souza Barbosa, matrícula nº 5152; 39) s/denominação, ocupante: Nivaldo de Souza Barbosa, matrícula nº 5151; 40) s/denominação, ocupante: Dirce Barbosa dos Santos, matrícula nº 5145; 41) s/denominação, ocupante: Ariovaldo Antônio da Silva, matrícula nº 7494; 42) s/denominação, ocupante: Denivalda Maria da Silva, matrícula nº 7491; 43) s/denominação, ocupante: Orivaldo Antônio da Silva, matrícula nº 7489; 44) s/denominação, ocupante: Nivaldo Natalino da Silva, matrícula nº 7492; 45) s/denominação, Marivalda Antonia da Silva Padilha, matrícula nº 7493; 46) Chácara Centenário, ocupante: José Xavier dos Santos, matrícula nº 5149; 47) s/denominação, ocupante: Aparício Pires da Silva, matrícula nº 6477; 48) s/denominação, ocupante: José Emílio Duarte, matrícula nº 5149(7); 49) s/denominação, ocupante: Ilma Barbosa dos Santos, matrícula nº 5149(7); 50) Faz. Sanguesuga, ocupante: Herdeiros de Satoshi Ohata, matrícula nº 4457; 51) s/denominação, ocupante: Aparecido do Amaral, matrícula nº 6528, 6524; 52) Estância Portal, ocupante: Estância Portal da Miranda Agropecuária Ltda, matrícula nº 4198; 53) Faz. Caiman, ocupante: Caiman Agropecuária Ltda, matrícula nº 4206, 4207, 4208 e 4209.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO. A proposta de área aqui apresentada foi discutida ampla e exaustivamente com os índios Terena de Cachoeirinha ao longo dos quase 12 meses em que estivemos em campo coordenando os GT das Portarias nºs 553 e 1155. O consenso obtido centrou-se no princípio, derivado do artigo 231 da Constituição Federal, que determina que as delimitações devem visar a garantia de um futuro digno para as populações indígenas enquanto tais - neste caso, as condições sociais, econômicas e ambientais necessárias para a reprodução física e cultural dos Terena enquanto grupo étnico culturalmente diferenciado. Queremos mais uma vez enfatizar que, como demonstramos, a situação de confinamento na Reserva delimitada por Rondon foi progressiva e que é somente a partir de meados dos anos 1960 que os índios de Cachoeirinha serão reprimidos em suas incursões nas áreas que lhes foram tomadas no papel - e mesmo nesta situação, de quase clandestinidade, jamais interromperam as pescarias, as caçadas e coletas nestes terrenos. E as provas materiais mais contundentes são as fotos aéreas de 1965: não vemos sinais de ocupação por outras atividades produtivas clássicas da economia regional (a criação de gado em pastagens artificiais) até aquela data, em pelo menos 80% da área aqui proposta. A maior parte destas glebas (exceção feita a partes do Carrapatinho) somente se tornará "produtiva" depois dos anos 1970-80 - e os índios descrevem, com a precisão de detalhes que lhes é peculiar, quando tiveram início os desmatamentos nestas suas terras.

A presente proposta teve por base as legítimas reivindicações dos Terena de Cachoeirinha que, como já exposto na apresentação, visa superar obstáculos presentes há mais de vinte anos e que têm impedido a homologação dos limites da Reserva atual. Os índios desta aldeia sabem que a área da Reserva atual, "concedida" pelo Estado do Mato Grosso é apenas uma ínfima parte de suas terras originais, e sabem que terão que abrir mão de importantes parcelas daquelas terras para seus vizinhos purutuyé. Portanto, nos limites aqui propostos, foram identificadas apenas parte das terras de habitação permanente (ao sul e a nordeste) e parte (ao norte) das utilizadas para suas atividades produtivas (áreas de roças, caça, pesca e criação) - terras estas que, no seu conjunto, foram expropriadas pelo Estado do Mato Grosso depois da instalação do governo republicano como esperamos ter demonstrado. Pretendemos ainda delimitar como indígenas, como de fato o são, as terras necessárias para a preservação dos recursos ambientais fundamentais para o bem-estar daquela população indígena (a leste e ao norte) - todas elas absolutamente necessárias para que este grupo Terena possa se reproduzir física e culturalmente segundo seus usos, costumes e tradições.

GILBERTO AZANHA
Antropólogo Coordenador
GT Portaria 1.155/PRES/00

MEMORIAL DESCRITIVO - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: partindo do ponto P-76, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°57'16" S e 56°14'32" Wgr., segue por linha reta até o ponto P-01, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°57'06" S e 56°13'30" Wgr.; daí, segue por linha reta até ponto P-02, de coordenadas geodésicas aproximadas, 19°57'09" S e 56°12'42" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-03, de coordenadas geodésicas aproximadas, 19°57'26" S e 56°11'18" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-04, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°57'47" S e 56°10'52" Wgr. LESTE: do ponto antes descrito, segue por linha reta até o P-05, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°58'22" S e 56°10'36" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-06, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°58'41" S e 56°10'22" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-07, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°59'00" S e 56°10'0" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-08, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°59'19" S e 56°09'55" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-09, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°59'32" S e 56°09'54" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 19°59'47" S e 56°09'44" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-11, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°00'03" S e 56°09'38" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-12, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°00'18" S e 56°09'38" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-13, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°00'36" S e 56°09'26" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-14, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°01'05" S e 56°09'24" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-15, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°01'18" S e 56°09'17" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-16, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°01'31" S e 56°09'09" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-17, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°01'57" S e 56°09'03" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-18, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°02'06" S e 56°08'53" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-19, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°02'14" S e 56°08'32" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-20, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°02'52" S e 56°07'35" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-21, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°03'49" S e 56°05'32" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-22, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°04'06" S e 56°05'33" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-23, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°04'32" S e 56°05'49" Wgr.; daí, segue por linha reta até ponto P-24, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°05'15" S e 56°06'04" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-25, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°06'21" S e 56°06'11" Wgr.; daí, segue por linha reta até ponto P-26, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°07'27" S e 56°07'54" Wgr.; daí, segue por linha reta até ponto P-27, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°07'58" S e 56°11'43" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-28, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°08'51" S e 56°13'01" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-29, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°09'18" S e 56°12'58" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-30, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°09'29" S e 56°12'54" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-31, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°10'24" S e 56°12'44" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-32, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°10'38" S e 56°12'49" Wgr.; SUL: daí, segue por linha reta até o ponto P-33, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°10'47" S e 56°13'16" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-34, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°11'02" S e 56°10'13" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-35, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°11'23" S e 56°13'56" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-36, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°11'46" S e 56°14'17" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-37, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°12'10" S e 56°14'14" Wgr.; daí, segue por linha reta até ponto P-38, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°12'10" S e 56°14'07" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-39, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°12'22" S e 56°13'56" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-40, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°12'37" S e 56°14'00" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-41, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°12'49" S e 56°14'14" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-42, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°12'59" S e 56°14'45" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-43, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'04" S e 56°14'46" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-44, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'15" S e 56°14'59" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-45, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'19" S e 56°15'06"

Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-46, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'25" S e 56°15'14" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-47, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'30" S e 56°15'17" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-48, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'38" S e 56°15'16" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-49, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'48" S e 56°15'30" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-50, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'51" S e 56°15'38" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-51, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°13'55" S e 56°15'41" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-52, de coordenadas geográficas aproximadas 20°14'04" S e 56°15'50" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-53, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'08" S e 56°15'59" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-54, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'10" S e 56°16'06" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-55, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'10" S e 56°16'12" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-56, de coordenadas geográficas aproximadas 20°14'14" S e 56°16'28" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-57, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'18" S e 56°16'39" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-58, de coordenadas geográficas aproximadas 20°14'18" S e 56°16'44" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-59, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'19" S e 56°16'58" Wgr.; daí, segue por linha reta até ponto P-60, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'26" S e 56°17'04" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-61, de coordenadas geográficas aproximadas 20°14'43" S e 56°17'10" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-62, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'26" S e 56°17'46" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-63, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'28" S e 56°18'04" Wgr.; daí, segue por linha reta até ponto P-64, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°14'20" S e 56°18'42" Wgr.; OESTE: daí, segue por linha reta até o ponto P-65, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°12'32" S e 56°19'15" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-66, de coordenadas geodésicas aproximada 20°12'00" S e 56°20'05" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-67, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°11'57" S e 56°20'06" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-68, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°10'46" S e 56°20'15" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-69, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°09'57" S e 56°19'42" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-70, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°07'25" S e 56°19'10" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-71, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°07'27" S e 56°16'32" Wgr., situado na margem direita de um córrego sem denominação; daí, segue pelo referido córrego, até o ponto P-72, de coordenadas geodésicas aproximadas 20°06'35" S e 56°14'54" Wgr., situado na sua confluência com o Córrego Agachi; daí, segue pelo Córrego Agachi, até o ponto P-73, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°59'17" S e 56°15'36" Wgr., situado em sua margem; daí, segue por linha reta até o ponto P-74, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°59'12" S e 56°15'21" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-75, de coordenadas geodésicas aproximadas 19°58'33" S e 56°15'09" Wgr.; daí, segue por linha reta até o ponto P-76, início desta descrição. OBS: 1- Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SF21-X-A-II - Escala: 1:100.000 - DSG - 1968; 2- As coordenadas geodésicas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum horizontal Córrego Alegre - MG. Responsável Técnico Identificação dos Limites: Ezequiel Freire da Silva, Engenheiro Agrimensor/IDATERRA, CREA-MS 4010/D.

